

A Oportunidade Inesperada

José Garçon*

A Rússia primeiro mas também a Argélia, Israel, a Síria e o Irão foram rápidos a condenar os atentados de 11 de Setembro e a perceber que dividendos poderiam retirar de um alinhamento aos lado dos “bons” na batalha contra o terrorismo.

Argélia: legitimar a “guerra suja”

O director-geral da polícia, Ali Tounsi, foi o primeiro responsável argelino a dar uma indicação de qual a utilização que Argel pretendia fazer dos ataques terroristas aos EUA. Foi ele que começou a repetir a cassette de que “os massacres de civis na Argélia foram perpetrados pelo GIA fundado no Afeganistão por Osama bin Laden”. Enquanto o diário francófono *Le Matin* aumentava ainda a parada, afirmando: “os terroristas que atacaram a América e que degolam na Argélia são os mesmos.”

Com efeito, a tragédia norte-americana é uma benção para todos aqueles que nesse país norte-africano se opõem a uma resolução política da crise. Tendo perdido muito terreno nos últimos meses, eles procuram agora recuperar posições provando o bom fundamento da sua tese por forma a anular todo o esforço de reconciliação nacional. “Nós bem vos avisámos” é o seu refrão actual. Os atentados constituem uma oportunidade inesperada para os generais desejosos de inverter a situação a seu favor, no momento em que dois acontecimentos fundamentais lhes criaram dificuldades na cena internacional. Por um lado, as revelações de antigos oficiais denunciando a repressão contra civis durante os dez anos de luta anti-terrorista. Por outro lado, a repressão sangrenta na Cabília e a multiplicação, na primavera passada, de manifestações de várias centenas de milhares de pessoas gritando “poder assassino”, deixaram claras as insuficiências do regime. É portanto essencial para o poder aproveitar esta ocasião para legitimar a política de “erradicação” levada a cabo durante a “guerra suja”.

Os decisores argelinos esperam que mais ninguém lhes coloque questões incómodas a respeito do inexplicável regresso da violência no contexto da atmosfera de revolta política e social da última primavera.

Ali Tounsi resumiu a questão de forma clara: “Depois dos atentados contra os EUA, o mundo passou a saber ‘quem mata quem’”. O que está em jogo é suficientemente importante para levar a que a Argélia não tenha condenado os ataques norte-americanos e para o presidente Bouteflika garantir, a 15 de Outubro, pelo telefone, ao seu homólogo norte-americano o apoio da Argélia aos EUA.

Os generais esperam obter em troca cooperação efectiva por parte dos países ocidentais, particularmente de Washington e de Paris, junto de quem vêm reclamando, em vão, armas mais avançadas. Contam também

com a sua compreensão, não só relativamente aos métodos expeditos com que combatem os islamistas, mas ainda, relativamente à sua intenção de paralisar toda a vida política. O diário *Quotidien d’Oran* resume a questão ao afirmar que “a pressão internacional para procurar que sejam respeitadas as liberdades corre o risco de desaparecer subitamente”. E prossegue: “Poderemos nós denunciar os generais pela sua ‘guerra suja’ contra a rebelião islâmica quando o ‘mundo civilizado’ se prepara para lançar uma ‘total e ilimitada’ no conjunto do planeta?”. Neste quadro, todos os meios são bons no sentido de transmitir a ideia de que o terrorismo argelino não é verdadeiramente assim tão argelino quanto parece. Desde logo, através da sistemática identificação dos “islamistas argelinos” com bin Laden.

Neste contexto, os meios de comunicação social dedicaram um grande espaço ao comunicado atribuído ao GSPC – um de grupos armados que combate o regime a par do GIA – e no qual estavam contidas ameaças “aos interesses norte-americanos e europeus na Argélia, se eles atacarem Estados muçulmanos.” Curiosamente, foi a primeira vez

* Jornalista do *Libération*

que esta grupo foi considerado suficientemente credível para ver um comunicado divulgado pelos meios de comunicação social, que nunca publicaram declarações anteriores afirmando que “não atacavam civis” mas somente as forças de segurança. Os meios de comunicação social, aliás, também não prestaram qualquer atenção ao comunicado do mesmo grupo desmentindo categoricamente serem os autores do texto ameaçando norte-americanos e europeus...

Os decisores argelinos esperam, por fim, que mais ninguém lhes coloque questões incómodas a respeito do inexplicável regresso da violência “islamista” no contexto da atmosfera de revolta política e social da última primavera. Como se, depois de centenas de milhares de pessoas terem manifestado a sua revolta contra o regime, este não pudesse retomar a iniciativa senão retirando-se da confrontação “sociedade-poder” recuperando os termos do conflito “poder-islamismo” como forma de refazer a união sagrada em torno de si.

Por fim, mas não menos importante para Argel: ao apresentar o conflito interno como simplesmente uma questão de terrorismo, os militares procuram mostrar que as exigências europeias e norte-americanas para se encontrar uma “solução política” não fazem sentido. Designadamente, a resolução da cimeira europeia de Gotenburgo apelando a uma “iniciativa política de envergadura.”

Israel: o efeito boomerang

É, sem dúvida, a declaração feita a “título pessoal” pelo ministro israelita da defesa que melhor sintetiza a forma como o governo Sharon pretendeu tirar vantagem deste dado novo na cena internacional. Benjamin ben Eliezer declarava, a 14 de Setembro passado: “A verdade é que nós matámos 14 palestinianos em Jenin, Kabatiyh e Tammun sem que o mundo nos tenha dito o que quer que fosse. Para Arafat, é catastrófico”. As manifestações de alegria de pequenos grupos de palestinianos depois de ser anunciada a destruição das Twin Towers, que fizeram a Arafat perder a guerra das imagens, deram a impressão a Sharon, de que ele poderia apostar numa fragilização ainda maior da posição palestiniana. “Cada um tem o seu bin Laden, o nosso chama-se Arafat”, terá ele dito a Colin Powell.

Procurando assimilar a intifada ao terrorismo, Sharon pensava poder beneficiar da vontade do Ocidente em lutar contra o terrorismo para reprimir impunemente os palestinianos e acentuar as pressões sobre Arafat a fim de que ele abandonasse a intifada. “A única coisa que nós



A manifestação em Gaza comemorando o primeiro aniversário da intifada al-Aqsa (28/09/2001) deixou clara a distância entre a posição de Arafat (que apoiou os EUA na crise actual), e a dos radicais palestinianos.

podemos fazer é encostar o Arafat à parede: ou ele se empenha na via negociada ou o mundo vai ver nele um chefe terrorista. Se isso suceder, nós teremos carta branca para poder retaliar a cada novo atentado.”

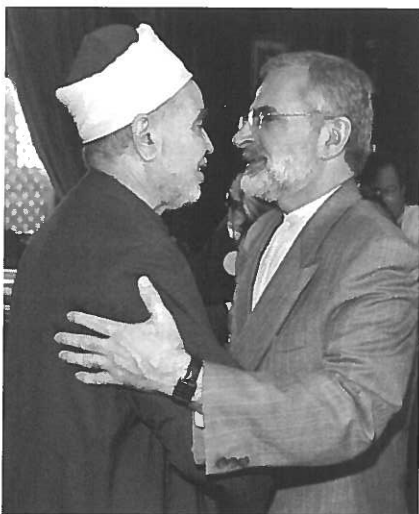
Dois factos irão contrariar essas expectativas: a determinação dos norte-americanos em erguerem uma coligação anti-terrorista em que participassem Estados árabes e muçulmanos, obrigou-os a multiplicar os “sinais” de que estariam decididos a resolver o conflito. Começaram com a declaração de George W. Bush a favor da criação de um Estado palestiniano, e continuaram com a solicitação a Arafat para que se deslocasse a Londres, antecâmara da viagem a Washington.

Por sua vez, a compreensão por Arafat dos benefícios que poderia retirar deste novo elemento também tiveram a sua importância. Desejoso de consolidar a sua posição junto dos EUA, o velho líder palestiniano teve todo o cuidado para não repetir o erro da guerra do Golfo (1991) em que apoiou a Saddam Hussein. Não hesitou, por isso, em multiplicar as declarações de solidariedade em relação a Washington, mesmo contra o sentimento dominante na sua opinião pública; ou em fazer reprimir, em Gaza, as manifestações de hostilidade face aos ataques norte-americanos ao Afeganistão. Entretanto, tinha conseguido obter uma diminuição da violência no terreno suficientemente importante para levar a que Colin Powell fizesse todos os dias pressão telefónica junto de Sharon para autorizar o famoso encontro entre Arafat e Peres. Inquieto com este evoluir da situação, o primeiro-ministro israelita deixou claro que a coligação internacional que se procurava constituir não poderia ser feita à custa do seu país. O que provocou uma reacção indignada de Bush.

Síria e Irão: o fim das acusações de terrorismo

O Irão, assim como a Síria, condenaram com palavras duras os ataques contra Nova Iorque e Washington. Independentemente de interesses nacionais específicos, este facto resulta de uma vontade comum: deixar de figurar na lista do Departamento de Estado dos países que apoiam o terrorismo. É por esta razão que Damasco (que apoia o Hizbullah libanês e outras organizações palestianas radicais) e Teerão (também próxima do Hizbullah) não deixaram de repetir, desde o início da crise, que “terrorismo” e “luta de libertação nacional” não podem ser colocadas no mesmo plano.

A Síria, que se havia mostrada, no final de Setembro, muito hostil a uma retaliação norte-americana, mesmo sob a égide da ONU, acabou por adoptar uma atitude mais conciliadora, salvaguardando, no entanto, a necessidade de recorrer às Nações Unidas... Damasco, é certo, não quis, desta forma, comprometer a sua eleição para membro não-



O ministro do negócios estrangeiros iraniano, Kamal Kharazi, de visita ao Egipto (30/09/2001), encontra-se com o xeque Tantawi, da universidade Al-Azhar. Este acto simbólico do degelo nas relações entre os dois países, mostra como apesar das declarações oficiais iranianas manifestando receio quanto às ambições norte-americanas no Afeganistão, o Irão está a aproveitar a crise actual para consolidar a sua aproximação ao Ocidente e aos seus principais aliados árabes.

permanente do Conselho de Segurança da ONU (que os EUA não vetaram, como sucedeu com o Sudão). Os sírios desejariam ainda obter dos norte-americanos um empenhamento numa “solução global” para o conflito israelo-árabe, isto é, um acordo que incluía a restituição dos Golã.

Quanto ao Irão, viu com bons olhos o facto de o terrorismo contra a América ter forçado o quebrar da ligação Afeganistão-Paquistão-Arábia Saudita, que começava a assemelhar-se a uma aliança dos extremismos wahhabitas. É certo que este facto libertara Teerão do seu papel de principal referência contestatária no seio do mundo muçulmano. Mas o poder xiita iraniano tem sobretudo muito a ganhar com a queda do poder dos taliban sunitas

de Cabul que frequentemente lhe criam problemas. O Irão espera ainda beneficiar da ocasião no sentido de retomar os seus contactos com os EUA, e de criar um ambiente favorável à assinatura do seu acordo comercial e de cooperação com a União Europeia. Isto não invalida que os mullahs iranianos tenham várias razões para continuarem a mostrar-se muito prudentes relativamente às operações militares norte-americanas e para exigirem que elas visem alvos precisos e decorram sob a égide da ONU. Desde logo, a dificuldade em levar a cabo uma reviravolta tal da sua política externa que os levasse a alinharem com a América em detrimento de um outro país muçulmano, quando moldaram a respectiva opinião pública na hostilidade ao “Grande Satã”. Teerão, que apoia a oposição aos taliban, quer, por outro lado, reservar o direito a pre-nunciar-se em termos de “segurança regional” a respeito do futuro do Afeganistão.

Para os iranianos este ponto é tanto mais importante quanto eles consideram a forte concentração de tropas norte-americanas no Golfo e os projectos de oleodutos

destinados a transportar o petróleo do Mar Cáspio, como uma série de manobras norte-americanas destinadas a cercá-los e isolá-los. Foi tudo isto que os levou a pronunciar-se publicamente contra os ataques norte-americanos. Tanto mais que a sua continuação se arrisca a acarretar consequências no seio do seu próprio território, nomeadamente em termos de um novo influxo de refugiados afegãos (já acolhe cerca de 2 milhões). Este endurecimento parece, no entanto, ser puramente verbal: o Irão comprometeu-se, a crer no New York Times, em conceder socorro aos militares norte-americanos que recorram ao seu território depois de missões falhadas sobre o

Afeganistão. Quanto aos norte-americanos, garantiram respeitar o espaço aéreo iraniano no decurso das actuais operações militares. Sobretudo destinadas a uso interno, as acusações de “agressão militar hegemónica” lançadas contra Washington – a que correspondeu, num hábil equilíbrio, a condenação do “fanatismo religioso” dos taliban – não impediram o regime dos mullahs iranianos de recolher os dividendos da sua postura de “oposição ao terrorismo”: o Hizbullah não figura na nova lista de 27 organizações “terroristas” publicada por Washington, em que houve o cuidado de incluir o movimento iraniano armado de oposição ao poder vigente: os mujahidin do povo de Massud Radjavi... ■